



Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciamos hoje a discussão da proposta do Orçamento e do Plano de Investimentos da nossa Região para 2006.

Estes documentos estruturantes concretizam, efectivamente, as opções estratégicas de afectação dos recursos públicos para o próximo ano e quantificam as políticas sectoriais definidas pelo Governo Regional, reflectindo os compromissos de legislatura sufragados por uma ampla maioria de açorianos e ratificados por esta Assembleia, aquando da apresentação e aprovação do Programa de Governo.

A cinco de Abril de 2005 iniciamos, neste Parlamento, o debate sobre o Orçamento e Plano de Investimentos do corrente ano.

E, porque a memória por vezes é curta, é bom recordar que alguns levantaram, nessa altura, dúvidas e interrogações sobre a credibilidade desses documentos afirmando então, com mediática convicção, que era, e passo a citar “ irrealista” e “demasiado optimista e irresponsável nas previsões das receitas”, assentes, segundo diziam, num “cenário cor de rosa” e que não teríamos capacidade financeira para executar mais do que  $\frac{3}{4}$  do proposto, chegando ao ponto de apelidar o Governo como o Governo dos “três quartos”.

Pois, como a mesma humildade e convicção com que apresentámos o Plano e Orçamento de 2005, podemos afirmar que, felizmente para os Açores e para os açorianos, mais uma vez estavam errados, mais uma vez as vossas previsões catastróficas não se concretizaram.



A análise à taxa de execução do orçamento de 2005, tendo por base os dados do final de Outubro e as receitas já confirmadas até ao final do ano, permite-nos assegurar que as receitas próprias da Região e efectivamente arrecadadas serão, pelo menos, 100,36% do valor inicialmente orçamentado, repito 100,36%.

Isto é, tendo sido aprovada a projecção de uma receita de 577.765.000 euros, o valor executado irá corresponder exactamente às previsões efectuadas.

Esta realidade, conjugada com uma variação das Despesas Correntes, nos primeiros 10 meses de 2005 em relação a idêntico período do ano anterior, de apenas 1,57%, permitirá assegurar, hoje, as condições financeiras necessárias para concretizar o Plano de Investimentos aprovado em Abril passado, conforme foi então o nosso compromisso.

Para aqueles que dizem que estamos, todos os anos, a anunciar o maior Plano de Investimentos de sempre, apresento-lhes uma boa notícia: O Investimento Público processado pelas Delegações de Contabilidade Pública da Região, até ao final de Outubro, aumentou 38,48% em relação a idêntico período do ano anterior, isto é, mais 64.024.0000 euros, atingindo já 230.427.000 euros.

E hoje, 22 de Novembro, o investimento público já efectuado no âmbito do capítulo 40 do Orçamento é superior ao montante global de qualquer ano anterior. Isto é, o Plano de Investimento de 2005 já é, neste momento, o maior esforço de investimento público executado na Região Autónoma dos Açores, desde o início da Autonomia.

Quem nos apelidou, com tanta convicção, como o Governo dos “três quartos”, tem aqui a resposta concreta a essas afirmações.

Resta esperar que, com o mesmo ênfase com que criticaram e duvidaram do Orçamento para 2005, tenham a humildade de reconhecer que estavam errados sob pena de, uma vez mais, os açorianos perceberem que a oposição apenas critica, apenas denigre, apenas duvida, mas é incapaz de reconhecer que erra!



E, estou certo, não é dessa oposição que os açorianos precisam!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

Sem euforias ou deslumbramentos, encaramos estes resultados apenas como uma demonstração de credibilidade e rigor dos documentos que hoje iniciamos a sua análise e debate.

O Plano e Orçamento constituem peças estruturantes na estratégia de desenvolvimento da nossa Região, servindo de indicadores claros aos empresários e parceiros sociais que poderão, após o amplo debate realizado em sede de concertação social, perspectivar os investimentos promovidos pelo Governo Regional e, dessa forma, conjugarem esforços de dinamização e consolidação da nossa economia.

O Orçamento e Plano da Região Autónoma dos Açores para 2006 reforça a opção estratégica do Governo Regional em dar continuidade a uma política de rigor orçamental, de equilíbrio pleno das contas públicas e de crescimento sustentado do Investimento Público, como contributos para o desenvolvimento económico e social da Região e consolidação do esforço de convergência real com os principais indicadores macroeconómicos do Continente Português e da União Europeia.

As contas públicas da Região Autónoma dos Açores para 2006, assentam em quatro princípios estruturantes:

- Equilíbrio das finanças públicas regionais, apresentando, pelo quarto ano consecutivo, um deficit zero, isto é, a despesa pública é financiada sem qualquer recurso ao aumento do endividamento;



- Reforço da Autonomia Financeira e sustentabilidade da Administração Regional, sendo já as receitas próprias geradas pela Região 70.314.000 euros superior às Despesas de Funcionamento da Administração Regional, isto é, as Receitas Próprias da Região representam já 113% dos encargos de funcionamento da Administração Regional.
- Crescimento sustentado do Investimento Público, que aumenta 5.364.000 euros em relação a 2005, como factor dinamizador da economia e potenciador do investimento privado e da manutenção dum clima de confiança dos agentes económicos;
- Grande rigor e contenção das despesas de funcionamento da Administração Regional, permitindo libertar todos os recursos disponíveis para o Investimento, salientando-se a redução de 5,7% das despesas na Aquisição de Bens e Serviços da Administração Pública e a redução de 11,8% dos Encargos da Dívida Pública.

O cenário macroeconómico para 2006 permite perspectivar uma evolução positiva dos principais indicadores económicos dos Açores.

As taxas anuais de crescimento nominal para 2006 do Emprego (2,7%), PIB pm (6,6%), FBCF (7,7%), Produtividade (3,6%), PIB per capita (4,9%) e Rendimento Disponível (4,6%), asseguram a manutenção da dinâmica da economia regional verificada nos últimos anos.

A estratégia de desenvolvimento da Região assenta em cinco vectores determinantes:

- Promover a coesão social, económica e territorial da Região;
- Incrementar os níveis de qualificação do tecido Económico e Social;
- Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade;



- Promover a melhoria das redes estruturantes do território;
- Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública.

Esta estratégia global de desenvolvimento, privilegiando o crescimento económico, sustentado no pleno emprego, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas, implica a definição concreta de objectivos rigorosos de afectação do Investimento Público.

Neste contexto o investimento público regional, em 2006, terá como enquadramento a concretização de cinco objectivos estruturantes:

- Qualificar os recursos humanos, potenciando a sociedade do conhecimento e a inovação;
- Aumentar a produtividade e a competitividade da economia açoriana;
- Reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades;
- Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes de transportes;
- Afirmar os sistemas autonómicos e de gestão pública.

São estas as nossas prioridades, definidas com clareza e objectividade nos documentos que vos apresentamos, e nos quais assentam as políticas de investimento público.

Materializamos, deste modo, os nossos compromissos eleitorais e, sobretudo, reforçamos a nossa estratégia de desenvolvimento sustentado permitindo, com isso, a melhoria das condições de vida de todos os açorianos.



E, perante isto, não há “doutos” economistas trazidos à pressa aos Açores que consigam provar o contrário!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

A Proposta de Orçamento para o ano de 2006 atinge 1.178,4 milhões de euros que, deduzindo as contas de ordem, representa a disponibilização de recursos financeiros no montante de 874 milhões de euros, mais 22 milhões de euros (+2,5%) que o orçamentado para o corrente ano.

As receitas próprias da Região atingirão, em 2006, o valor de 618,6 milhões de euros, um aumento de 7,1%, representando já 70,8% do total de receitas (67,8% em 2005 e 65,9% em 2004), reduzindo assim, ainda mais, a dependência da Região do exterior.

Esta evolução positiva verificada nas receitas próprias é também reveladora do maior dinamismo da actividade económica regional e da crescente autonomia das finanças públicas regionais.

As receitas fiscais constituem a maior componente das Receitas Próprias da Região e atingem, em 2006 uma previsão orçamental de 592,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 18,8% em relação ao orçamento de 2005.

Este aumento significativo das receitas fiscais em 2006, decorre essencialmente de três factores:

- As transferências adicionais, designadamente do IRS e Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA), decorrentes da liquidação das dívidas fiscais da Administração Central à Região, no montante de 34 milhões de euros;



- O significativo aumento dos resultados líquidos das empresas, que tem assegurado um crescimento muito significativo do IRC (+25,9%);
- A inclusão da receita relativa ao Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

Neste contexto destaca-se o crescimento do IRS (+28,4), IRC (+25,9%), Imposto sobre Tabaco (+9,1%) e IVA (+5,8%).

A introdução das receitas do ISP (Imposto sobre os Produtos Petrolíferos) na estrutura orçamental regional, não altera a evolução positiva das receitas próprias da Região, pois a receita fiscal aumenta 10,2% (mais 50.654 mil euros) mesmo deduzindo o efeito do ISP.

A inclusão do ISP, a partir de 2006 no Orçamento Regional, reforça claramente a transparência, o rigor, a estrutura e a clareza do documento e permite afectar essa receita a todas as áreas de investimento da Região, potenciando a sua aplicação.

As transferências do Orçamento de Estado atingem, em 2006, uma previsão de 229,1 milhões de euros, valor que representa um decréscimo de 2,1% relativamente a 2005, resultante da manutenção do montante das transferências efectuadas ao abrigo da Lei das Finanças Regionais e da redução as verbas destinadas ao co-financiamento da reconstrução do sismo de 1998, tendo em consideração que este processo está em fase de conclusão.

As despesas orçamentadas, excluindo as contas de ordem e operações de refinanciamento, totalizam 874 milhões de euros, sendo 548 milhões de euros referentes a Despesas de Funcionamento e 325,6 milhões de euros destinados a financiar o Plano de Investimento da Região.

As despesas de funcionamento, deduzindo a dotação previsional, são de 539,3 milhões euros e representam apenas um crescimento de 2,5% em relação do ano de 2005.



No âmbito destas despesas, é importante salientar que apenas se registaram acréscimos relativamente a 2005 nos agrupamentos económicos referentes às transferências para o Serviço Regional de Saúde (+4%), transferências para pagamento do complemento de pensão (+3,5%), Despesas com Pessoal (+2,8%), transferências para os Fundos e Serviços Autónomos (2%), observando-se reduções significativas nas restantes rubricas, designadamente nas Aquisições de Bens e Serviços correntes (-5,7%), nos encargos correntes da dívida (-11,8%) e nas Aquisições de Bens de Capital (-11,3%).

Num sinal claro de contenção e de rigor, o Orçamento para 2006 apresenta uma redução superior a 2 milhões de euros nas despesas correntes que não se destinem às áreas sociais e às Despesas com Pessoal.

No que concerne às despesas com pessoal, o acréscimo resulta apenas da dotação necessária para fazer face ao aumento dos vencimentos dos funcionários públicos e das suas promoções na carreira.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2006 ascendem a 559,5 milhões de euros, dos quais 325,7 milhões de euros inscritos no capítulo 40 do orçamento da Região.

Apesar de não beneficiar das receitas extraordinárias de 2005, o investimento público global cresce 2,49% (mais 13.614 milhões de euros) em relação à proposta do Governo apresentada na Assembleia para 2005 e 5.364.000 euros em relação ao montante aprovado nesta Assembleia.





Este aumento não deriva da introdução do ISP, na medida em que este imposto já financiava o Investimento Público de 2005, através do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, não se prevendo pois qualquer acréscimo do Investimento Público derivado da nova forma de contabilização do ISP.

O contributo do capítulo 40 do Orçamento para o Investimento Público aumenta 1,8% em relação ao valor aprovado para 2005 e 4,46% em relação à proposta do Governo Regional.

Este aumento é ainda mais significativo se tivermos em consideração que, em relação a 2005, existem menos 47 milhões de euros referentes a receitas extraordinárias derivadas de participações detidas pelo Governo Regional no capital social de empresas e que existe um aumento de 57 milhões de euros do investimento disponível não consignado a despesas específicas.

Isto é, o investimento não consignado, disponível para afectar a qualquer Projecto, aumenta 23% em relação a 2005.

Os sectores da agricultura, pescas, turismo, promoção do investimento privado, apoio à coesão regional, industria, comércio e exportação, que integram o objectivo “Aumentar a Produtividade e Competitividade da Economia”, representam 35,2% do total do Plano de Investimento, o que corresponde a uma despesa prevista de 197 milhões de euros.

Aos domínios dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, ambiente e energia que promovam o objectivo de “Incrementar o Ordenamento Territorial e a eficiência das redes estruturantes”, será afectada uma verba de 164,7 milhões de euros, a que corresponde 29,5% do Investimento.

O objectivo “Qualificar os Recursos Humanos potenciando a Sociedade do Conhecimento” que inclui a programação para o domínio da educação, da ciência e



tecnologia da inovação, da juventude, emprego e formação profissional, ascende a 108 milhões de euros, o que representa 19,3% do valor global do Plano Anual,

O objectivo “reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades” dirigidos aos sectores da saúde, da solidariedade social, da habitação e da protecção civil é dotado com 76,8 milhões de euros e representa 13,7% do valor global do Plano Regional de Investimentos.

A aposta no aumento da produtividade da economia fica claramente demonstrada no reforço de 61,5% do Projecto “Promoção do Investimento e da Coesão” e no acréscimo de 39,1% nas dotações destinadas ao Desenvolvimento do Turismo.

O aumento de 28,8% do investimento no Desenvolvimento de Infra-estruturas Educacionais e do Sistema Educativo, de 20,8% no Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica e de 43,2% no Desenvolvimento de Actividades Culturais e Património demonstram a prioridade atribuída à qualificação dos recursos humanos e promoção da Sociedade da Informação, cujo programa na globalidade cresce 22,8%.

O Plano de Investimento para 2006 também reforça, claramente, o investimento nas infraestruturas e redes estruturantes de transportes, verificando-se um aumento de 35,6% na consolidação e modernização dos Transportes Marítimos, um reforço de 24,1% na construção e reabilitação de estradas regionais e de 7,8% no Desenvolvimento dos Transportes Aéreos.

Em termos de desagregação espacial, para além de um aumento quantitativo e percentual do investimento em 8 ilhas, destaca-se a grande redução de dotações não desagregadas que diminuiram cerca de 40.000.000 de euros em relação a 2005 (menos 19%), ao contrário do que ainda hoje foi afirmado, incorrectamente, por alguns distraídos deputados da oposição, decerto entretidos em perspectivar lideranças a prazo.



Em conclusão, o Orçamento e Plano de Investimentos para 2006:

- Reforça o clima de confiança dos agentes económicos, ao garantir a manutenção e mesmo o reforço do nível do investimento público e o pagamento atempado de toda a despesa pública.
- Aumenta a autonomia e sustentabilidade das finanças públicas regionais, ao gerar receitas próprias superiores em 70.000.000 de euros às despesas de funcionamento, quando ,por exemplo, em 1995 as receitas fiscais, apenas cobriam 68% das despesas de funcionamento.
- Contribui para a consolidação das contas públicas nacionais ao não recorrer, pelo quarto ano consecutivo, ao aumento do endividamento líquido, apresentando um défice zero, isto é, equilíbrio total entre as receitas e as despesas da Região, sendo a dívida pública da Região apenas 9,4% do PIB Regional quando era 37,8% em 1996 e no Continente já ultrapassa 70% do PIB.
- Revela um grande esforço de redução e contenção das despesas de funcionamento libertando, progressivamente, mais recursos para investimento, de forma a assegurar a consolidação do nosso esforço de convergência para as médias nacionais e europeias em termos de produção e rendimento.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora e Senhores Membros do Governo

A actual realidade económica e social dos Açores é só uma:

Aquela que os Açorianos sentem, que os agentes económicos confiam, que os indicadores económicos e sociais revelam e que os mercados financeiros internacionais confirmam.

É esta a realidade que está expressa nos documentos que vos apresentamos e que constituem um contributo efectivo e estrutural, para continuar a mudar os Açores para melhor, reforçando a convicção de que os Açores são, cada vez mais, uma Região de futuro e com futuro!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

E estou certo de que saberemos, todos, corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Disse. Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Novembro de 2005

O Vice-Presidente do Governo Regional  
Sérgio Humberto Rocha de Ávila